DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 12051/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/12570/2018
PROTOCOLO	: 1944411
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE BONITO
RECORRENTE	: JOSE ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO– EX-PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: PEDIDO DE REVISÃO - DECISÃO SINGULAR N. 247/2013
RELATOR	: CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

R E L A T Ó R I O

Os autos tratam do Pedido de Revisão, interposto pelo senhor José Arthur Soares de Figueiredo**,** Prefeito Municipal de Bonito, na época dos fatos, em face da Decisão Singular n. 247/2013 (pç. 29, fl. 97) do Processo – TC/1830/2011, que aplicou multa de 50 (cinquenta) UFERMS, pela contratação temporária irregular da servidora Suzana de Fátima Bertolini.

Seguindo os ritos regimentais os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), para análise e verificação da matéria, instrumentalizada pela Análise n. 9700/2020 (pç. 8, fls. 22-25), do Processo TC/12570/2018, que concluiu pelo conhecimento e não provimento do Processo de Revisão em apreço.

Na sequência o Representante do Ministério Público de Contas, emitiu o Parecer PAR- 3ªPRC- 12636/2020 (pç. 9, fls. 26-27), opinando pelo arquivamento do presente Pedido de Revisão em razão da adesão do requerente ao REFIS, instituído pela Lei n. 5.454/2019 e quitação da multa.

Após o posicionamento do Ministério Público de Contas, constatou-se que o Ordenador de Despesas, na época dos fatos, efetuou o pagamento da multa aplicada no item **"2"** da Decisão Singular n. 247/2013, por meio da Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, à peça 44 (fls. 124-125), dos autos do Processo TC/1830/2011.

É o Relatório.

D E C I S Ã O

Acerca da matéria deste pedido interposto pelo senhor José Arthur Soares de Figueiredo, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual daquele autor**.**

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que o recorrente, efetuou recentemente o pagamento do valor da multa equivalente ao de 50 (cinquenta) UFERMS, que lhe fora infligida pelos termos no item **"2"** da Decisão Singular n. 247/2013 (pç. 29, fl. 97) do Processo – TC/1830/2011, conforme consta na Certidão de Quitação de Multa, nos autos do Processo TC/1830/2011 (pç. 44, fls. 124-125).

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer ***"da marcha processual"***, significativo da realização do pagamento do valor da multa pelo responsável, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse proces-

sual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. E nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

> – RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC.
>
> (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010)
>
> – AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante.
>
> (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA)

Desse modo, entendo, em ratificação, que o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 -, uma vez que cumpridas as disposições instrumentalizadas na Decisão Singular n. 247/2013 (pç. 29, fl. 97) do Processo – TC/1830/2011. E, em consequência, este processo recursal de revisão deve ser arquivados, segundo a regra do art. 186, V, **a**, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

Por todo o exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas, dar cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, e **decido extinguir** o presente processo (TC/12570/2018), sem resolução de mérito, e determinar seu **arquivamento,** considerando que tendo advindo fato novo no transcorrer do andamento processual**,** correspondente ao pagamento, pelo recorrente, da multa no valor equivalente ao de 50 (cinquenta) UFERMS que lhe fora infligida, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do referido autor.

É como Decido.

Campo Grande/MS, 01 de dezembro de 2020.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

YL